

ANÁLISE EM SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: Ditadura Militar no livro didático

ANALYSIS SEMANTIC OF THE EVENT: Military Dictatorship in the textbook

Gabriel Reis Moraes Machiaveli (UFSCar)

Resumo: O presente trabalho pretende analisar a designação de Ditadura Militar em livro didático, especialmente “História: ensino médio”, da editora Saraiva, disponibilizado às escolas públicas do Brasil. Inscrevemo-nos no quadro da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2007, 2011, 2018), e nosso objetivo é especificar de que modo a semântica da enunciação contribui para o ensino de leitura e interpretação quando o assunto for Ditadura Militar. Utilizamos o Domínio Semântico de Determinação (DSD) para especificarmos sua designação com base no capítulo 13 “O Brasil da Ditadura Militar”. Concluímos que Ditadura Militar foi designada por muitos modos de sinonímia por substituição, como governo militar e regime militar. No entanto, cabe destacar a degradação dos serviços de saúde e educação, bem como os fins dos direitos políticos, como sentidos basilares da designação de Ditadura Militar. Dessa maneira, esperamos contribuir também para os ensinamentos de leitura e interpretação de texto utilizando a metodologia da Semântica do Acontecimento.

Palavras-chave: Semântica do acontecimento. Domínio semântico de determinação. Ditadura militar. Livro didático.

Abstract: The present work intends to analyze the designation of Military Dictatorship in textbook, especially "History: high school", of the publisher Saraiva, made available to public schools in Brazil. We subscribe to the Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2007, 2011, 2018), and our objective is to specify how the semantics of enunciation contributes to the teaching of reading and interpretation when the subject is Military Dictatorship. We used the Domínio Semântico de Determinação (DSD) to specify its designation based on chapter 13 "Brazil of the Military Dictatorship". We conclude that the military dictatorship was designated by many modes of synonymy, like military government and military regime. However, it is worth mentioning the degradation of health and education services, as well as the purposes of political rights, as the basic meanings of the designation of Military Dictatorship. In this way, we hope to contribute also to the teaching of reading and text interpretation using the methodology of Semantics of the Event.

Keywords: Semantics of the event. Semantic domain of determination. Military dictatorship. Textbook.

Introdução

Discorrer sobre a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) é discorrer sobre um passado sombrio e silenciado, de certo modo, pela virtude da redemocratização. A Comissão da Verdade reviveu o que o brasileiro gostaria de esquecer, mas não ignorar. Por isso, nossa proposta é tratar mais uma vez deste tema relevante para o país e abordar o que o livro didático *História: ensino médio*, da editora Saraiva, evidencia sobre o sentido de Ditadura Militar.

Estudar a Ditadura Militar brasileira é essencial para entendermos este momento triste de nossa história, quando, sob a égide de torturas e “apagamentos”, o governo se apossou drasticamente do poder pela ordem autoritária. Como afirma Rancière (2014, p. 44), “escrever história é tornar equivalente um certo número de situações de discurso”.

Deste modo, o presente trabalho pretende analisar a designação de *Ditadura* no livro de história “História 3: ensino médio”, da editora Saraiva, disponibilizado com selo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) de 2018, 2019, e 2020, nas escolas públicas do Brasil. O objetivo é fazer saber o que a palavra *ditadura* designa no capítulo 13, intitulado *O Brasil da ditadura militar*.

Inscrevemo-nos no quadro teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, cunhada pelo linguista brasileiro Eduardo Guimarães (2002; 2007; 2011; 2018). Entendemos por Semântica do Acontecimento uma teoria capaz de dar ao semanticista possibilidades de analisar enunciados tomados na história. Isto é, trazer à tona durante a análise a importância da historicidade na produção de significados. Guimarães (2007) propõe uma semântica embasada nas premissas de que a enunciação é o aparecimento de um enunciado, e que o sentido de um enunciado ocorre por meio do funcionamento da linguagem, isto é, no acontecimento. O autor elabora um conjunto de procedimentos de análises (cf. GUIMARÃES, 2011), como a cena enunciativa, o espaço de enunciação, e o Domínio Semântico de Determinação (DSD). A cena enunciativa é o agenciamento do sujeito pela língua, que especifica os locais de fala no espaço de enunciação. Espaço este entendido como uma relação entre as línguas e falantes. Já o DSD é um conjunto de ferramentas que nos orientam na análise da designação das palavras. Dito de outro modo, o sentido acontecido pelo uso da linguagem.

Semântica do Acontecimento

Guimarães (2002; 2007; 2011; 2018) embasa seus estudos a partir de Émile Benveniste e Oswald Ducrot: o primeiro a partir da enunciação e o segundo por meio da Semântica Argumentativa. Seu objetivo é entender os sentidos de um texto através do aparecimento de um enunciado. Para isso, ele retoma o conceito de acontecimento (Ducrot, 1987), tratando-o como uma diferença em sua própria ordem. Isto quer dizer que o acontecimento é o aparecimento de um enunciado tomado na história. Só há enunciado

porque ele temporaliza, ele rememora um passado de uma palavra para dar a ela outro significado.

Deste modo, podemos perceber que o acontecimento é o que determina a historicidade e o sentido dos enunciados. Essa diferença em sua própria ordem torna-se mais clara quando compreendemos a temporalidade. Segundo Guimarães (2002, p.12), o acontecimento temporaliza porque “abre em si uma latência de futuro (uma futuridade) – sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável.”

No entanto, para que o acontecimento abra em si uma latência de futuro, é preciso que ele também seja constituído de uma memória, de uma rememoração do passado, em que o presente e o futuro da enunciação funcionem através de um passado que os faz significar (IBIDEM, p. 12).

Se a enunciação é um acontecimento da linguagem, todo o cenário proposto pelos enunciadorees deve ser levado em conta, uma vez que a temporalidade também pode ser determinada por um passado de rememorações. Os enunciadorees e locutores, portanto, fazem parte da enunciação, não como origem do dizer, mas como aqueles que possibilitam o acontecimento da linguagem (cf. GUIMARÃES, 2002).

Esse agenciamento enunciativo do sujeito falante, entre enunciadoree e locutor, é a cena enunciativa. Para Guimarães (2002), na cena enunciativa aparecem os modos de acesso à palavra entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas. A cena é a especificação local no espaço da enunciação.

Abaixo, temos uma síntese descritiva da cena enunciativa, segundo Guimarães (2002):

Locutor – lugar que diz
alocutor-x – lugar social que diz

Se o acontecimento é caracterizado como uma diferença em sua própria ordem, uma temporalidade, podemos dizer que o agenciamento enunciativo acontece devido a uma disparidade entre o Locutor como fonte do dizer e o alocutor-x, como lugar social. Há uma desigualdade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento. São lugares de enunciação e posições do sujeito, lembrando que sujeito é estar numa região do interdiscurso (ORLANDI, 2015). Guimarães (2002) observa que, além do lugar social, há também o lugar

do dizer: o enunciador. Segundo o autor, existem quatro tipos de enunciadores: universal, coletivo, individual e genérico.

É a partir dessa ideia de interdiscurso como um conjunto de discursos que se entrecruzam numa condição histórica dada que tomaremos agora o conceito de memorável. Se temos um conjunto de discursos dispersos, que são mobilizáveis, e se entrecruzam, temos também um conjunto de arquivos, uma memória discursiva, que é mobilizada a partir de recortes do passado, o que denominamos de memorável. O memorável é um recorte da memória discursiva presente na enunciação.

Para Guimarães (2011, p. 33), “*estar na posição de analisar um texto é estar num lugar de leitor do texto*”. O lugar de leitor considerado é um lugar social, da cena enunciativa, e este lugar é a relação do presente com o futuro na temporalidade do acontecimento. O futuro, no acontecimento, é o tempo da interpretação (Guimarães, 2011, p. 35). E a relação de autor se dá numa relação do presente ao passado do acontecimento e a relação de leitor, de lugar social do alocutário, se dá na relação do presente ao futuro do acontecimento. “Ler é dispor de um procedimento que estabelece uma distância e ao mesmo tempo exige uma descrição do material analisado” (GUIMARÃES, 2011, p. 36). Não se trata apenas de interpretar um texto, mas ler a partir de procedimento científicos, levando em conta o processo histórico e político de constituição dos sentidos na enunciação.

Procedimentos de análise: Domínio Semântico de Determinação

Guimarães (2007) afirma que o acontecimento enunciativo é dividido por ambientes de sentido mobilizáveis, que são eles: a cena enunciativa; o espaço de enunciação; e por fim, a designação. Este último é trabalhado por Guimarães a partir do Domínio Semântico de Determinação (DSD), em que se subdividem a reescrituração e a articulação.

Levando em conta este aspecto da noção de determinação, consideramos que as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Ou seja, são relações que se constituem pelo modo como se relacionam com outras num texto [...] (GUIMARÃES, 2007, p. 80).

Antes de expor sobre os dois procedimentos (reescrituração e articulação), é preciso compreender que “a designação é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo esta relação linguística é uma relação tomada na história” (IBIDEM, p. 81). Não é interesse da semântica, aqui abordada, o indivíduo em si, mas o sujeito inerente à história, por conseguinte, a historicidade se sobrepõe ao sujeito. O acontecimento enunciativo

temporaliza porque é tomado na história, de tal maneira que os recortes apresentados no enunciado fazem parte de um passado de enunciações, e a designação não se furta a isso.

Guimarães (2007) elabora o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD) para determinar o sentido das palavras.

Nesta medida, um DSD é uma análise de uma palavra. Ele representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento de sentido da palavra no *corpus* especificado (texto, um conjunto de texto, etc) (GUIMARÃES, 2007, p. 81)

Para Guimarães (2007), a importância do DSD se dá quando pensamos os enunciados como categorias linguísticas integradas à um texto. Trazendo o conceito de integração proposto por Benveniste (1988), em que a frase seria a última instância de análise, integrada por fonemas e estruturas sintáticas, Guimarães (2002; 2007; 2011), ressalta que o texto seria integrado por um conjunto de enunciados que se entrecruzam, ou seja, se relacionam transversalmente.

É com base nesta integração de enunciados em um texto que Guimarães (2007, p. 80) conceitua que “um DSD é construído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam no texto em que funcionam”.

Portanto, o DSD é dividido entre a reescrituração e articulação. A reescrituração é o procedimento “pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma diferente de si”¹ (IBIDEM, p. 84). Uma palavra é reescriturada por outra, reforçando um sentido ou não. “Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado” (IBID., p. 84).

Guimarães (2002, p. 28) observa que a reescrituração faz com que uma palavra em um texto seja interpretada diferente de si. Uma palavra pode ser reescriturada por repetição, mas não ter a mesma designação anterior. “E analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicacões por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação” (IBID., p. 28).

A reescrituração de uma palavra pode se dar por: repetição: quando uma palavra é retomada inteiramente; Substituição: quando uma palavra é reescriturada por outra com sinonímia; Elipse: quando a palavra não é repetida nem substituída, mas omitida; Expansão: quando uma

¹ Reescrituração é diferente de reescrever. Enquanto o primeiro é um procedimento de análise composto por diversas categorias (como substituição, elipse, expansão, condensação, entre outras), o segundo não corresponde a um procedimento do funcionamento da linguagem, mas a uma forma de escrever o mesmo texto com outras palavras e com o mesmo sentido. A reescrituração é um procedimento que tem o objetivo de encontrar sentidos diferentes quando o locutor rediz algo insistentemente.

sequência de enunciados amplia o significado de uma palavra anterior; Condensação: quando uma palavra condensa partes de um enunciado ou texto; Definição: quando uma palavra é reescriturada em uma definição.

Todavia, estas reescrituras também podem receber mais categorias, dependendo do *corpus* escolhido. Temos a reescritura por especificação, generalização, totalização, enumeração e desenvolvimento².

Os procedimentos de articulação têm relação com o que Guimarães (2007, p. 88) chama de “relações próprias das contiguidades locais”. São procedimentos que ocorrem nas relações no interior dos enunciados ou na relação entre eles. A orientação argumentativa, a pressuposição, as predicções e a referência, fazem parte deste procedimento.

A articulação pode ser melhor explicada a partir da cena enunciativa, como citamos na seção *Semântica da Acontecimento*. O funcionamento da cena enunciativa dá sustentação à argumentação. O uso do *mas*, por exemplo, dá sustentação para um argumento do Locutor em relação ao seu tu, Locutário. Para Guimarães (2018, p. 95), a argumentação é elemento do processo de significação e é produzida pelo acontecimento de enunciação.

A argumentação é a sustentação que um *eu* faz a um *tu* relativamente a *algo* sobre que fala. O que estamos dizendo é que no acontecimento da enunciação, nas relações entre o lugar que enuncia e o lugar para o qual se enuncia, o lugar que enuncia (e é preciso caracterizar melhor este aspecto) sustenta algo do que se enuncia pela apresentação de seu lugar de enunciação como o que relaciona um argumento para uma conclusão. Ou seja, a argumentação se dá como o engajamento de um lugar que enuncia uma relação entre *X* e *Y* enquanto uma razão (*X*) para uma conclusão (*Y*) (*Ibidem*, p. 97).

A argumentação se dá por meio da cena enunciativa, em que o alocutor diz algo para seu alocutário, tendo como objetivo a sustentação de uma conclusão. Segundo Guimarães (2018), é o agenciamento que mobiliza as condições sócio-históricas (através da cena enunciativa) que o falante apresenta no espaço de enunciação³. Conforme o autor,

A argumentação não é a sustentação de uma conclusão por uma relação das palavras com as coisas, nem a relação de um falante (psico-fisiologicamente) caracterizado com o que é dito. A argumentação é uma relação do lugar social de alocutor sobre o que se diz para um alocutário que se constitui na cena enunciativa (*Ibidem*, p. 106).

² Cf. GUIMARÃES (2007)

³ Para compreender o espaço de enunciação segundo a Semântica da Enunciação, ver Guimarães, E. Designação e Espaço de Enunciação: um encontro político no cotidiano. *Letras n° 26 – Língua e Literatura: limites e fronteiras*. Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, UFSM. s/d.

E conclui: “isto que chamamos de argumentação: *o lugar social do alocutor* (al-x) sustenta *algo* para um *lugar social de alocutário* (at-x)” (GUIMARÃES, 2018, p. 107). De outro lado, temos também o agenciamento da língua. A argumentatividade é o agenciamento da língua que dá orientação entre a razão e a conclusão a partir do uso de articuladores, conectivos ou conjunções.

O funcionamento da língua na enunciação é argumentatividade. É a relação de integração de sentidos ao longo de um texto. Para Guimarães (2018), a argumentatividade em um texto pode ser apresentada como concessiva ou diretiva. A concessiva se apresenta como X NE Y, onde NE significa *No entanto*. A diretiva se apresenta por X PT Y:

De um lado há relações do tipo [X] *mas* [Y], que chamaremos de *argumentatividade concessiva*, e que representaremos por [X NE Y], que lê [X NO ENTANTO Y]. Por outro lado, há relações do tipo [X] *por isso* [Y], que chamaremos de *argumentatividade diretiva*, e que representaremos por [X PT Y], que se lê [X PORTANTO Y]. (*Ibid.*, p. 113).

A argumentatividade funciona em relação à língua. O uso de conjunções como o “mas” possibilita analisarmos a direção do dizer e a conclusão de um enunciado. No entanto, é a argumentação, por meio da cena enunciativa e da temporalização do acontecimento, que dá sustentação à conclusão sugerida pela argumentatividade.

Análise

Nosso objetivo nesta seção é expor os recortes colhidos e explicitar nossas análises com base no *Domínio Semântico de Determinação* (DSD). Nosso material de análise é o livro didático *História 3: Ensino Médio*, da editora Saraiva, com selo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) para os anos de 2018, 2019, e 2020. Colhemos os recortes no capítulo 13, intitulado *O Brasil da ditadura militar*. O título do capítulo já nos diz algo: Brasil é determinado por ditadura militar, o que nos permite afirmar que a preposição “da” incide sobre Brasil, mostrando a temporalização do acontecimento. “*O Brasil da ditadura militar*” é uma rememoração do passado que permite ao estudante interpretar, isto é, a latência de futuro.

Cabe destacar também que o livro didático é um acontecimento. São vários enunciados que temporalizam, isto é, rememoram e permitem a interpretação. Tomamos de empréstimo a noção de recorte em Análise do discurso, que pode ser resumida como um fragmento de uma situação discursiva, que no caso deste trabalho, é o uso da palavra *ditadura* no livro didático. Segundo Guimarães (2011), para a análise de um texto é preciso primeiro partir-se de um recorte, interpretá-lo, e depois partir para outro, e assim conforme o que o

corpus em estudo exigir. Lembrando que, para Guimarães (2011), interpretar é atribuir sentidos a um texto, a seus elementos e a seu todo, dependendo da posição teórico-metodológica adotada.

Segue abaixo a primeira sequência discursiva (SD) que analisamos.

SD 1: 1. A ditadura disfarçada

Entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, lideranças militares e civis deram um golpe de Estado no Brasil. Os líderes golpistas, entre eles o general Castello Branco, garantiram que o governo militar seria curto. O projeto, naquele momento, era retirar trabalhistas e comunistas do cenário político. A seguir, entregar o poder aos udenistas. (VAINFAS *et al*, 2016, p. 220)

Seguindo o procedimento de análise de DSD, podemos afirmar que golpe de Estado determina ditadura militar, e que governo militar reescritura ditadura militar por substituição. Projeto também articula com ditadura por substituição; ditadura passa a significar projeto de curta duração, ou seja, um governo de transição. No entanto, como trabalhamos com semântica da enunciação e, deste modo, o texto é uma unidade de significação integrada por enunciados, entendemos que o título da seção *A ditadura disfarçada* só pode ser compreendido a partir da sequência 2, abaixo:

SD 2: “Em 9 de abril foi decretado um Ato institucional com o objetivo de dar cobertura jurídica ao regime. No dia 11, o congresso nacional elegeu Castello Branco para a presidência da República. Seu mandato, que deveria durar até janeiro de 1966, de modo a completar o de João Goulart, foi prorrogado até março de 1967, frustrando políticos da UDN que ambicionavam concorrer à presidência” (VAINFAS *et al*, 2016, p. 220).

O trecho “Seu mandato...” articula com projeto na SD 1, quando o mandato de Castello Branco foi prorrogado. “Frustrando políticos da UDN...” também articula com a SD 1 em “entregar o poder aos udenistas”. As duas sequências se integram para dar sentido ao título. No procedimento de DSD, as duas sequências reescrevem ditadura disfarçada por expansão, quando todo o conteúdo dos parágrafos amplia a designação de ditadura.

Desse modo, temos que ditadura é determinada por “golpe militar” e “ditadura disfarçada”. A frustração dos udenistas designa ditadura como projeto, que reescreve ditadura por condensação.

Na sequência abaixo, ditadura é reescriturada por substituição, em que regime militar é sinonímia de ditadura. A ditadura é designada como “farsa” por meio da articulação de “ao

mesmo tempo”. O argumento primeiro “o regime militar fora instaurado em nome da democracia com o objetivo de salvar o país...” é refutado pelo operador argumentativo “ao mesmo tempo”, que pode ser parafraseado por “por mais que”. Isto nos mostra que a articulação de “ao mesmo tempo” determina ditadura como farsa.

SD 3 : A farsa da ditadura

O governo autoritário e punitivo de Castello Branco vivia uma duplicidade política. Ao mesmo tempo que afirmava que o regime militar fora instaurado em nome da democracia com o objetivo de salvar o país do perigo comunista, reprimia a oposição, tolhia os direitos políticos dos cidadãos, censurava as artes e prendia pessoas por motivos ideológicos. Tratava-se de uma ditadura que não se assumia como tal. (VAINFAS *et al*, 2016, p. 221)

“Ao mesmo tempo que” também pode ser parafraseado por “enquanto”. “Enquanto afirmava que o regime militar (...) reprimia...”. O “enquanto” funciona como uma conjunção de proporção, isto é, ele afirma o primeiro argumento para negá-lo na conclusão. Dessa forma, “ao mesmo tempo” funciona como um operador argumentativo que conclui que “regime militar fora instaurado em nome da democracia” é antônimo de “reprimia a oposição, tolhia os direitos políticos dos cidadãos, censurava as artes e prendia pessoas por motivos ideológicos”.

Podemos dizer, com base na análise, que ditadura é determinada por regime militar, por repressão, e também por governo autoritário.

SD 4: 3. O crescimento econômico (VAINFAS *et al*, 2016, p. 225)

SD 5: Por outro lado, esse modelo econômico da ditadura, que privilegiava escolas, hospitais, e planos de saúde privados, degradou os sistemas de ensino e de saúde públicos (VAINFAS *et al*, 2016, p. 225 e 226)

Na SD 4, encontramos o título da seção 3 do capítulo. O título reescreve as políticas econômicas adotadas por Médici por condensação. Dessa forma, crescimento espetacular determina ditadura militar. Entretanto, a articulação “Por outro lado”, na SD 5 dá outro significado para “crescimento espetacular”. Passa agora a designar a degradação dos sistemas de ensino e saúde públicos. Na articulação (GUIMARÃES, 2018) “por outro lado” pode ser parafraseado por “no entanto” ou “entretanto”. Trata-se de uma argumentatividade

concessiva, onde o argumento em prol do crescimento econômico é refutado pelo argumento da SD 5.

SD 6: O crescimento espetacular da economia brasileira permitiu que o período 1968-1973 ficasse conhecido como **milagre econômico** e fosse utilizado pela propaganda oficial do regime para divulgar *slogans* patrióticos, a exemplo de “Brasil: ame-o ou deixe-o”. “Segurança e desenvolvimento” passou a ser o lema da ditadura a partir do milagre econômico. (VAINFAS *et al*, 2016, p. 226 – grifos do autor)

Na SD 6 temos que milagre econômico determina ditadura por substituição. O governo militar é reescriturado por milagre econômico. Segurança e desenvolvimento determina ditadura por enumeração. Os dois substantivos determinam ditadura. E “período 1968-1973” determina “milagre econômico”. No entanto, no SD 7, governo Médici reescritura ditadura por substituição, e “período 1968-1973” é reescriturado por condensação por “dupla face”.

SD 7: O governo Médici apresentou uma dupla face, em resumo: a de euforia do milagre econômico e a da brutal repressão política. Os meios de comunicação sofriam severa censura. Trabalhadores, camponeses e estudantes estavam impedidos de ser organizar e se manifestar. (VAINFAS *et al*, 2016, p. 226)

Dessa forma, ditadura militar é determinada por “milagre econômico” e “brutal repressão política”. A designação de ditadura em SD 6 como milagre econômico não é o mesmo de SD 7 por meio da articulação. “Dupla face” dá novo sentido à ditadura que passa a designar tanto “milagre econômico” quanto “brutal repressão política”.

Palavras finais

Esperamos neste artigo termos contribuído com o *Domínio Semântico de Determinação* (DSD) para as atividades de leitura. Entendemos que estar numa posição de semanticista é estar numa posição de leitor. Com base no DSD podemos compreender os sentidos de ditadura militar ao longo do capítulo 13, do livro didático analisado. Vimos que o termo muitas vezes é reescriturado por regime militar e governo militar, e outras vezes por repressão, fim dos direitos políticos dos cidadãos, e degradação dos serviços de saúde e educação.

O DSD é um procedimento que contribui para mostrar também que o sentido de um texto não está na sua segmentação, ou seja, no seu direcionamento, no seu percurso, mas sim na transversalidade, que permite que uma palavra seja ressignificada por outra, ao longo de todo o texto.

REFERÊNCIAS

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. *Análise de Texto: Procedimentos, Análises, Ensino*. Campinas, Editora RG, 2011.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília. *A Palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

_____. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. São Paulo, Campinas: Pontes Editores, 2002.

_____. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes editores, 2018.

ORLANDI, Eni P.. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história: ensaio de poética do saber*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

VAINFAS, Ronaldo; *et al.* *História 3: ensino médio*. 3. ed. São Paulo: editora Saraiva, 2016.